



Utilize o QrCode ou clique
para acessar nosso portal



CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RECUPERAÇÃO JUDICIAL

PROCESSO N.º
5030706-18.2020.8.21.0001

70º Relatório Mensal de Atividades

Competência: janeiro/2023
Apresentado em abril de 2023





ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO
 1. Cronograma processual
 2. Acompanhamento processual
2. RESUMO
 1. Resultados
 2. Quadro de colaboradores
 3. Fluxo de caixa
 4. Endividamento concursal
 5. Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial
 6. Pendências e esclarecimentos
 7. Acompanhamento do Administrador Judicial
3. DADOS ECONÔMICO-FINANCEIROS
 1. Balanço Patrimonial
 2. Demonstrativo de Resultados
 3. Fluxo de Caixa
4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL
 1. Dívida tributária
 2. Bancos credores não sujeitos à RJ
5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL
 1. Proposta de pagamento
 2. Prestação de contas

O pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em 10.11.2015, tendo seu processamento deferido em 19.11.2015.

Acerca da tramitação processual, importante destacar que o Juízo fixou como marco temporal inicial para cumprimento do Plano e Recuperação Judicial a data de 06.11.2017, dia em que publicadas as decisões que julgaram os recursos interpostos, contra a decisão de concessão da Recuperação Judicial.

O presente relatório reúne de forma sintética as informações operacionais, financeiras, econômicas e processuais da Recuperação Judicial da empresa CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA.

Os dados foram coletados e analisados pela Medeiros & Medeiros Administração Judicial, na qualidade de administradora judicial da empresa Recuperanda.

As referidas informações foram extraídas dos autos da recuperação judicial, principalmente, as contábeis e financeiras e, em especial, das visitas técnicas ocorridas nas obras da empresa, bem como de reuniões com os procuradores e representantes da Recuperanda.

A Recuperanda vem cumprindo suas obrigações processuais, com a apresentação das contas demonstrativas mensais (art. 52, IV, da LREF). O prazo para envio das demonstrações contábeis e demais documentos requeridos à CBG é o dia 15 do mês subsequente. Esta Administração Judicial recebeu os documentos de janeiro/2023, com atraso, em 17/03/2023. Os questionamentos enviados em 29/03/2023, foram respondidos em 31/03/2023. Todos os documentos que serviram de base para a elaboração do

presente relatório estão disponíveis para consulta no site www.administradorjudicial.adv.br e informações adicionais ou complementares podem ser obtidas diretamente com a Medeiros & Medeiros Administração Judicial.

O RMA (Relatório Mensal de Atividades) reflete a análise técnica contábil, limitada às informações disponibilizadas, não exaustivas, sobre a situação da empresa.

1. ASPECTOS JURÍDICOS – CRONOGRAMA PROCESSUAL DA RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Data	Evento	Lei 11.101/05	Data	Evento	Lei 11.101/05
10.11.2015	Ajuizamento do Pedido de Recuperação		29.05.2016	Fim do prazo para apresentar impugnações ao Juízo (10 dias após publicação do 2º Edital)	art. 8º
19.11.2015	Deferimento do Pedido de Recuperação.	art. 52, inciso I, II, III, IV e V e § 1º	19.08.2016	Publicação do Edital de convocação para votação do PRJ - AGC (15 dias de antecedência da realização da AGC)	art. 56, § 1º
25.11.2015	Publicação do deferimento no D.O.		13.10.2016	Prazo limite para votação do PRJ em AGC (150 dias após o deferimento da recuperação)	art. 56, § 1º
19.01.2016	Publicação do 1º Edital pelo devedor.	art. 52, § 1º	19.05.2016	Fim do prazo de suspensão do curso da prescrição de ações e execuções contra o devedor (180 dias após o deferimento da recuperação)	art. 6º, § 4º
03.02.2016	Fim do prazo para apresentar habilitações e divergências ao AJ (15 dias da publicação do 1º Edital)	art. 7º, § 1º	03.03.2017	Homologação do PRJ	
01.03.2016	Apresentação do Plano de Recuperação ao Juízo (60 dias após publicação do deferimento da recuperação)	art. 53	06.11.2017	Marco temporal fixado pelo juízo, para fins de cumprimento do plano	
19.05.2016	Publicação de aviso sobre o recebimento do PRJ no D.O.	art. 53, § Único	06.11.2019	Fim do prazo de recuperação judicial, se cumpridas todas as obrigações previstas no PRJ de 2 anos após a concessão de recuperação judicial)	art. 61
18.06.2016	Fim do prazo para apresentar objeções ao PRJ (30 dias após a publicação do 2º Edital ou 30 dias após a publicação do aviso de recebimento do PRJ)	art. 53, § Único e art. 55, § Único	31.01.2023	Aguarda-se cumprimento das obrigações previstas no plano para encerramento do processo.	
19.05.2016	Publicação do Edital pelo AJ - 2º Edital (45 dias após apresentação de habilitações/divergências)	art. 7º, § 2º			

Nota: Quadro elaborado pela Administradora Judicial com base nos processos previstos na Lei 11.101/05 e as datas de suas ocorrências conforme o trâmite processual.

Eventos ocorridos
 Data estimada

1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

SITUAÇÃO ATUAL DO PROCESSO

- A decisão do evento 276, proferida em 11.12.2020, concedeu prazo de 15 (quinze) dias à Recuperanda para comprovação do adimplemento integral da classe preferencial líquida inferior a R\$ 70.000,00 e das classes quirografária e ME/EPP referente aos créditos inferiores a R\$ 10.000,00. Recebeu mesmo prazo para apresentar o plano de loteamento do imóvel de matrícula n.º 5.862, a ser destinado aos créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, e indicar a solução a ser dada às rubricas de FGTS devidas à categoria. A decisão também deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. A empresa demonstrou à Administração Judicial a quitação de parte dos créditos determinados, sendo que maiores informações sobre o cumprimento do PRJ poderão ser apreciadas no item "Prestação de Contas" neste relatório.
- Sobre os créditos trabalhistas superiores a R\$ 70.000,00, a Recuperanda se manifestou no evento 299, em 27.01.2021, indicando estar na fase de expedição da licença ambiental. Para tanto, postulou a dispensa da apresentação de determinadas certidões negativas exigidas pelo Registro de Imóveis para individualização dos lotes, o que foi deferido pelo Juízo o evento 306. A mesma situação apresentou quanto ao loteamento do imóvel de matrícula n.º 2.216, destinado ao pagamento dos credores com garantia real e credores aderentes. Recentemente, no evento 340, informou que o processo de individualização das matrículas está em andamento junto ao Cartório de Registro de Imóveis de Portão/RS.
- Na decisão do evento 306, além de deferir a dispensa de apresentação das certidões negativas, o Juízo nomeou o Leiloeiro José Santayana para promover a alienação das UPIs, conforme PRJ. O profissional apresentou o edital de leilão no evento 345, estando no aguardo da homologação das datas pelo Juízo e posterior publicação no Diário de Justiça Eletrônico.
- Acerca dos débitos de FGTS, a Recuperanda se manifestou recentemente no evento 327, indicando ter solicitado adesão ao Programa de Parcelamento MP 899/2019 e Portaria 11.956/2019, estando finalmente habilitada a proceder com o parcelamento das verbas. Informa estar diligenciando junto à PGFN/CEF para efetivação das parcelas.
- Já no evento 326, a empresa reiterou pedido de baixa de constrições judiciais, bloqueios da Fazenda Nacional e alienação de veículos. Sobre as constrições judiciais e bloqueios da Fazenda Nacional, a Administração Judicial apresentou manifestação no evento 342, não se opondo ao pedido. Já sobre o pedido de alienação de bens, postulou maiores esclarecimentos da Recuperanda sobre quais são os bens pretendidos e sua situação atual. A empresa apresentou documentação pertinente ao patrimônio a ser alienado diretamente à Administração Judicial, que se manifestou favoravelmente ao pedido. Não houve deliberação sobre o ponto, nem reiteração do pedido pela Recuperanda.
- Foram realizadas as três chamadas de leilão das UPIs, conforme previsto no PRJ, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI "B" e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI "D". O Juízo acatou a manifestação da Administração Judicial, de modo que, em 29.11.2021, no evento 583, homologou a arrematação da UPI "B" e não homologou a proposta de arrematação da UPI "D". Certificada a ausência de impugnações, o Leiloeiro indicou novas datas para leilão, já acolhidas pelo Juízo: 27.07.2022, 10.08.2022 e 24.08.2022. A UPI remanescente foi alienada na segunda chamada do leilão, em 10.08.2022.
- Na manifestação do evento 836, a Administração Judicial postulou a intimação da Recuperanda, para falar, dentre outros pontos, sobre a regularização dos créditos fiscais estaduais, o parcelamento solicitado junto à CEF quanto às rubricas de FGTS e sobre o andamento das ações objeto do PRJ. A empresa foi intimada e respondeu parcialmente no evento 897, informando que está em contato com a PGE/RS para parcelamento dos débitos fiscais e que está em andamento a solicitação e parcelamento do FGTS junto à PGFN. O andamento das ações objeto do PRJ não foi respondido pela Recuperanda.
- No evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias teve início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS, e no evento 1209 a Recuperanda apresentou o relatório de conclusão do loteamento. No evento 1249 credores trabalhistas apresentaram impugnação à conclusão, acostando laudo e documentos que demonstram estar inacabado o empreendimento. Tais documentos levaram à decisão liminar no agravo de instrumento nº 5222410-07.2022.8.21.7000, desobrigando os credores a receberem os lotes como dação em pagamento.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

HISTÓRICO PROCESSUAL

O processo de recuperação judicial foi convertido em processo eletrônico, atualmente tramitando no sistema e-Proc através do nº. Esta Administração esclarece que o incidente de nº 5018969-18.2020.8.21.0001 trata exclusivamente da dispensa de certidões fiscais para certames públicos. Já os relatórios mensais de atividades podem ser acompanhados através do incidente de nº 5024490-41.2020.8.21.0001, ou ainda, através do site da Administração em www.administradorjudicial.adv.br.

➤ CUMPRIMENTO DO PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL:

Reiteradamente a Administração Judicial vem postulando por esclarecimentos quanto ao cumprimento do plano, principalmente acerca da regularização do passivo trabalhista líquido em atraso e sobre como a Recuperanda pretende solucionar o depósito das verbas de FGTS.

- **Cessões DNIT:** Importante destacar aos credores que serão pagos por meio de cessão de créditos oriundos de processo judicial movido contra o DNIT, conforme previsto do PRJ aprovado, que a ação tramita na 21ª Vara Cível de Brasília – DF e pode ser consultado através do nº 1006786-67.2017.4.01.3400.
- **Dação em pagamento de lotes:** Noticiado pela Recuperanda, em 25.06.2020, que aguarda anuência da Metroplan acerca do plano de loteamento do imóvel em Portão/RS, com a estimativa de 60 dias para encaminhamento da individualização dos lotes do Registro de Imóveis de Portão/RS. A Recuperanda noticiou na data de 04.08.2021, nos eventos 488 e 489, complementado por outros eventos, o início do “procedimento de quitação” dos credores trabalhistas com créditos superiores a R\$ 70.000,00, mediante cessão dos lotes do Loteamento do Rincão do Cascalho, localizado em Portão/RS. Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- **Fundo para pagamento futuro das verbas trabalhistas ilíquidas:** foi constituído por determinação judicial no valor de R\$ 1.692.000,00, correspondente a 20% do total do valor resultante da anterior alienação de UPI, o qual, nos termos da decisão, *deve ser utilizado exclusivamente para os pagamentos dos créditos ilíquidos até R\$ 70.000,00, na forma que constou no plano*. A comprovação da complementação do fundo ocorreu à fl. 9242 do processo físico.
- **Novas alienações de UPIs:** a decisão do evento 276 deferiu a alienação das UPIs, adotando a modalidade de leilão, na forma do art. 142, I, da Lei 11.101/2005. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI “D” pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI “B” por procurador representando diversos credores das classes III e IV. A Administração Judicial se manifestou pela homologação da arrematação da UPI “B” e pela não homologação da proposta de arrematação pela UPI “D”, tendo seguido esses termos o Juízo. A UPI “C” foi arrematada em 10.08.2022, estando no aguardo da manifestação da Recuperanda e posterior homologação.
- **Alienação de direito creditório:** em 22/9/2020, a empresa postulou autorização do Juízo para alienação de direito creditório oriundo da execução de sentença n.º 0004314-12.2010.4.01.3900, em trâmite na 5ª Vara da Justiça Federal de Belém do Pará. A Administração Judicial concordou com o pedido, postulando o depósito da verba auferida em conta exclusiva, conforme pedido da empresa. O pedido foi autorizado pelo Juízo, porém a Recuperanda noticiou a desistência do investidor, pelo que buscou empréstimos emergenciais e está dando cumprimento aos pagamentos desde 23/11/2020.
- **FGTS:** a Recuperanda informou estar em processo de adesão ao programa de parcelamento das verbas de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo da análise da solicitação e dos documentos complementares apresentados. Recentemente, no evento 457, referiu que as rubricas de FGTS dos créditos superiores a R\$ 70.000,00 serão pagas por meio dos lotes do imóvel em Portão/RS. Recentemente, a empresa foi intimada para informar sobre o andamento da solicitação, e indicou que está em andamento a solicitação de parcelamento junto à PGNF.

- Maiores informações acerca do cumprimento do plano de recuperação podem ser apreciadas neste relatório no item ‘Prestação de Contas’.



1. ASPECTOS JURÍDICOS – ACOMPANHAMENTO PROCESSUAL

➤ RECURSOS CONTRA DECISÃO DE HOMOLOGAÇÃO DO PRJ

- Houve o trânsito em julgado do acórdão que negou provimento ao agravo de instrumento de nº 70080729114, promovido pela Plata Securitizadora S/A, em que apresentada irresignação contra a decisão que homologou o plano apresentado e concedeu a Recuperação Judicial.
- Os recursos movidos pelo Banco do Brasil S/A em face da homologação do plano de recuperação judicial aprovado tiveram o seguinte deslinde: agravo de instrumento de nº 70073250235 não provido; recurso especial nº 70076374115 não admitido; agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS não conhecido; e agravo interno no agravo em recurso especial nº 1.323.669/RS desprovido.
- O agravo de instrumento de nº 70073235962, interposto por Banco Caterpillar S/A, igualmente contra a homologação do plano de recuperação, foi improvido ainda em 2018 com trânsito em julgado no mesmo ano.
- Não diferem os resultados obtidos pelo Banco Bradesco S/A nos recursos aviados contra a homologação do plano: agravo de instrumento de nº 70073470510 negado provimento; embargos de declaração não acolhidos, recurso especial não admitido, e agravo em recurso especial de nº 70077898096 não conhecido pela intempestividade, já com trânsito em julgado.

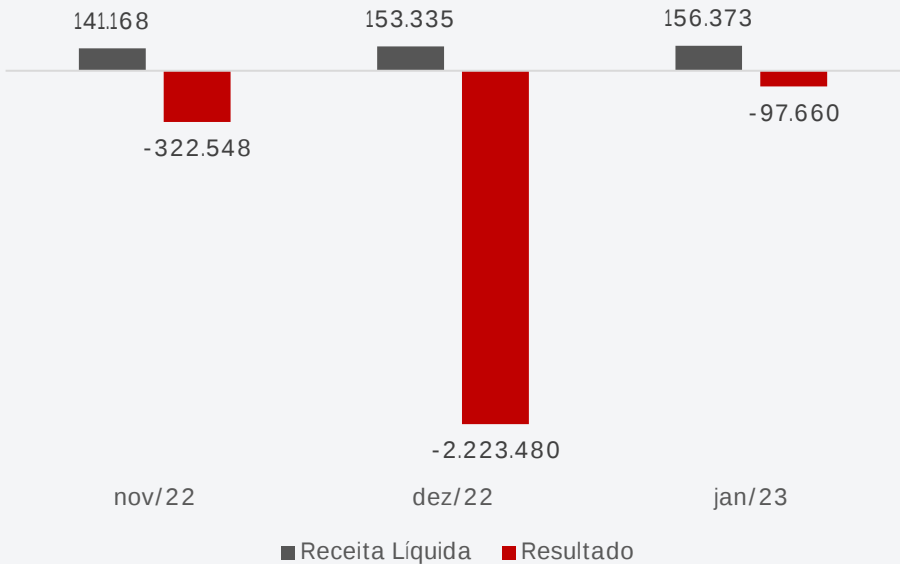
medeiros²



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

RESULTADOS

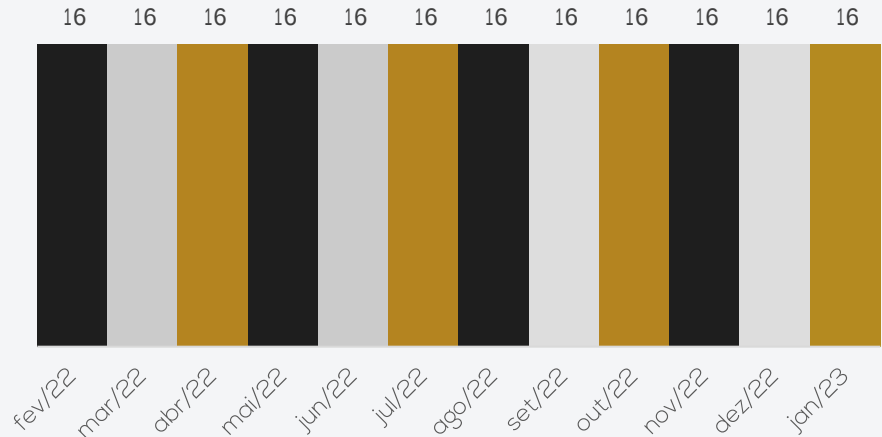
Receita Líquida e Resultado (R\$)



Em janeiro, a receita líquida totalizou R\$ 156,3 mil, ou seja, um acréscimo de 2%, devido ao aumento de venda de pedra britada (R\$ 36,7 mil). Além disso, houve receita com a locação de equipamentos para a Planaterra (R\$ 130 mil). O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação, assim o prejuízo do mês foi de R\$ 97.660,03. Ainda, há um pedido de correção monetária dos reajustes que foram pagos com atraso, no valor aproximado de R\$ 1 milhão, pertinente à AGESUL. Conforme relatado pela Recuperanda, o assunto estaria tramitando no jurídico da AGESUL, pois se posicionaram contra ao pagamento da correção, previsto em contrato. No entanto, diante da falta de solução, a CBG vai cobrar de forma judicial. No mês de dezembro/2022, a CBG apresentou nova cobrança com atualização de valores, esclarecendo o pedido com base no contrato assinado. A cobrança ainda não foi judicializada.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de Funcionários



Em janeiro/2023, não houve admissões ou demissões, finalizando o período com 16 colaboradores. Destes, 01 é funcionário ativo e 15 estão afastados. O funcionário ativo desempenha a função de servente de obras.

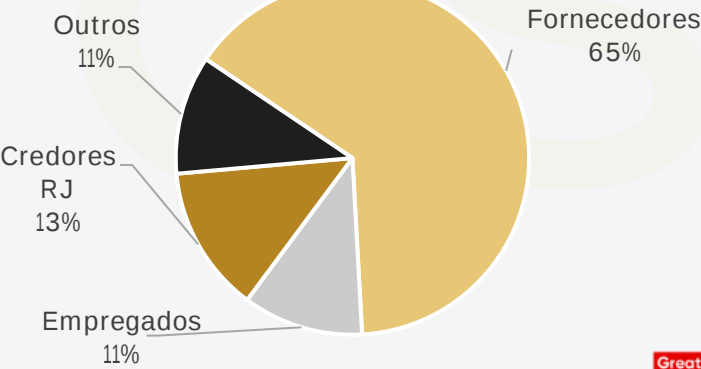
Salienta-se que os encargos sociais da folha de pagamento estão inadimplentes. O parcelamento de salários, está sendo pago, conforme negociado.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a Construtora tem se mantido com aportes do sócio e das empresas ligadas, recebimentos de saldo de obras já finalizadas e venda de pedra britada. Os pagamentos são direcionados, majoritariamente, ao pagamento de fornecedores, credores da RJ e empregados.

FLUXO DE CAIXA	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-134.438,39
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	135.188,43
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	750,04
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	1.140,79
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.890,83

Pagamentos JANEIRO/23



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ENDIVIDAMENTO CONCURSAL

O endividamento concursal apresentado pela recuperanda é de **R\$ 185.402.673,85**.

Natureza	Quantidade de credores	% quantidade de credores	Valor total	% Valor total
ART. 83, VIII	1	0,10%	1.273.874,06	0,69%
Trabalhista	455	46,33%	18.767.983,20	10,12%
Garantia Real	4	0,41%	9.118.235,98	4,92%
Quirografário	381	38,80%	148.716.705,39	80,21%
Microempresa	141	14,36%	7.525.875,22	4,06%
Total	982	100%	185.402.673,85	100%

Principais credores:

CLASSE	CREDOR	VALOR
CLASSE III	BANCO BANRISUL S/A	42.262.034,67
CLASSE III	BANCO DO BRASIL S/A	23.794.225,18
CLASSE III	FUNDO DE LIQUIDAÇÃO FINANCEIRA	20.452.074,97

PENDÊNCIAS E ESCLARECIMENTOS

A Recuperanda explicou que o parcelamento de IPTU permanece ativo. De acordo com a empresa, o estoque não estava sendo ajustado mensalmente na contabilidade devido à baixa movimentação, e que a partir de então, o ajuste passaria a ocorrer. Contudo, até o momento, o inventário não foi enviado para a Administração Judicial.

Cumprimento do Plano de Recuperação Judicial

Conforme determinação judicial, em 17.04.2018, foi estabelecido o marco inicial para cumprimento do plano de recuperação judicial, qual seja, 06.11.2017.

Classe I – Ainda seguem pendentes de quitação de R\$ 2.085.362,24 relativo aos credores até R\$ 70 mil e o montante de R\$ 7.434.151,26 relativo aos credores acima de R\$ 70 mil.

➤ **Classe II** – Não houve, até o momento de confecção deste relatório, a comprovação da dação das respectivas garantias aos credores com Garantia Real. A CBG está tomando providências no processo para entrega das garantias aos credores.

➤ **Classe III** – 108 credores, com créditos até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado. Destacamos que há em atraso o valor de R\$ 149.613,74 correspondente a 63 parcelas + correção monetária. Em relação aos valores acima de R\$ 10 mil, todos os credores foram notificados sobre as cessões de crédito, com exceção do Banrisul, enquadrado como Credor Financeiro Parceiro, cujo pagamento de 63 parcelas está em atraso.

➤ **Classe IV** – 53 credores, até R\$ 10 mil, tiveram seu valor principal quitado, restando o pagamento da correção monetária, e 15 credores estão com 63 parcelas em atraso, totalizando R\$ 87.859,03. Os valores superiores a R\$ 10 mil foram notificados da cessão de crédito.

Em decisão prolatada no evento 276 dos autos, foi concedido à Recuperanda o prazo de 15 dias para comprovar à Administradora Judicial a quitação da classe preferencial líquida até R\$ 70 mil e das classes quirografária e ME/EPP até R\$ 10 mil. No prazo, também foi determinada a apresentação dos planos de loteamento do imóvel aos credores preferenciais acima de R\$ 70.000,00 e a solução a ser dada ao FGTS. O prazo foi encerrado em 12.02.2021, tendo a empresa apresentado a quitação de parte dos créditos determinados e prestado esclarecimentos sobre os demais tópicos.

- Atualmente, para prosseguimento do cumprimento integral do PRJ aprovado e homologado, aguarda-se a alienação das UPIs nos autos da recuperação judicial. Foram realizadas as três chamadas de leilão, nos dias 20.05.2021, 04.06.2021 e 21.06.2021, tendo sido apresentada proposta de compra para a UPI "D" pela empresa ADRI-AN Empreendimentos Imobiliários Ltda., e arrematação da UPI "B" por procurador representando diversos credores das classes III e IV. Seguindo o posicionamento da Administração Judicial, o Juízo homologou a arrematação da UPI B e deixou de homologar a proposta de compra da UPI D. A UPI C foi alienada em 10.08.2022.
- Em recente manifestação, a empresa informou estar em andamento no Registro de Imóveis de Portão/RS a individualização das matrículas do loteamento do imóvel destinado aos credores trabalhistas de R\$ 70.000,00. Ainda, esclareceu ter aderido ao parcelamento dos débitos de FGTS junto à CEF/PGFN, estando no aguardo dos trâmites internos do órgão.
- Recentemente, no evento 954, o Juízo concedeu prazo de 70 dias à Recuperanda para finalizar as dações e comprovar nos autos a conclusão do loteamento e dos lotes dacionados com a necessária infraestrutura, conforme expresso no PRJ, sob pena de multa diária no valor de R\$ 2.000,00. O prazo de 70 dias terá início após o encaminhamento de alvará/ofício solicitados ao Registro de Imóveis de Portão/RS e Tabelionato de Notas de Portão/RS.
- Por fim, necessário que seja aguardado também o deslinde dos processos judiciais cujos direitos creditórios foram cedidos em pagamento aos credores quirografários e de ME/EPP.

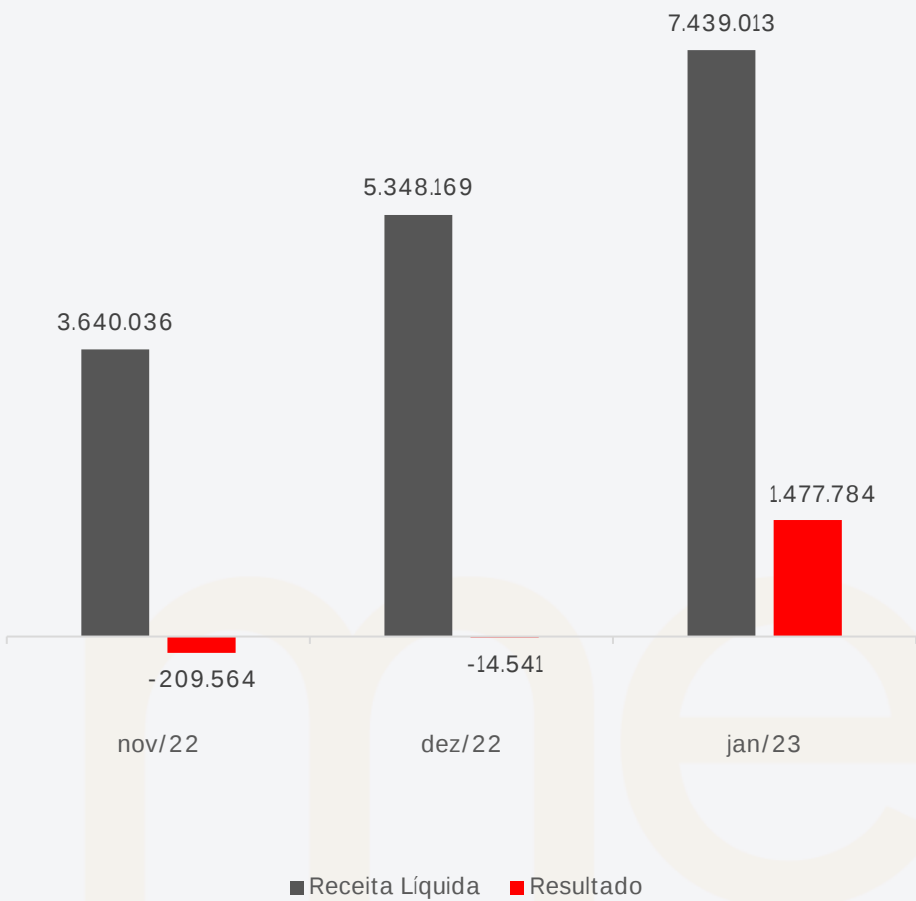


2. RESUMO - BGSE CONSTRUÇÕES LTDA

A BGSE Construções é uma subsidiária da empresa Construtora Brasília Gualba, com CNPJ nº 35.185.193/0001-87, ativo desde 15/10/2019. Conforme informações prestadas pela CBG, o faturamento da Companhia, está sendo direcionado para a BGSE. Além disso, foi noticiado que em janeiro/2022 houve transferência dos funcionários da CBG para a BGSE.

RESULTADOS

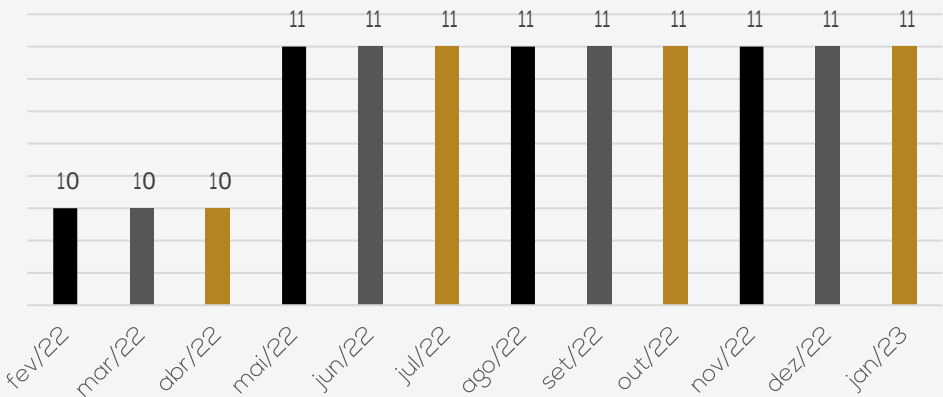
Receita Líquida e Resultado (R\$)



A receita líquida exibiu acréscimo de 39%, motivado pelas medições do DAER. O período exibiu lucro de R\$ 1.477.783,66, resultante aumento das receitas e redução das despesas.

QUADRO DE COLABORADORES

Número de funcionários



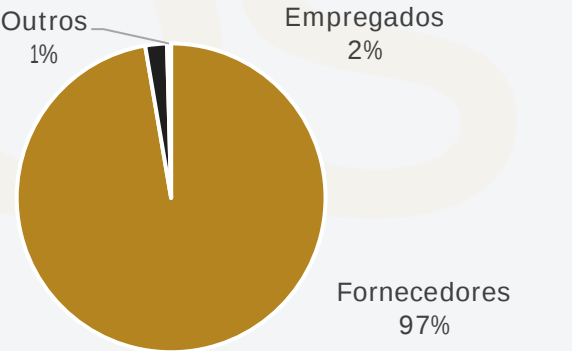
Em janeiro/2023, não houve movimentação no quadro de colaboradores. A BGSE possui 11 funcionários, todos pelo regime de contratação CLT. Conforme destacado pela empresa, o quadro de colaboradores está distribuído em 07 funcionários do administrativo, 01 motorista, 01 mecânico, 01 auxiliar de serviços gerais e 01 auxiliar de limpeza. Ainda, informou que os salários e encargos estão em dia.

FLUXO DE CAIXA

Nos últimos meses, a BGSE tem mantido uma linha regular de faturamento, o que tem sustentado a operação da empresa. Além do cumprimento das suas obrigações mensais, especialmente com fornecedores e empregados, a empresa direciona aportes de valores, em sua maior parte, para a CBG.

jan/23	VALORES EM R\$
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	443.880,34
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-437.952,66
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	5.927,68
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	710.615,94
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	716.543,62

Pagamentos



2. RESUMO - CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Em 31/03/2023, reuniram-se de forma virtual os representantes da Administração Judicial e da Recuperanda para atualizar as informações operacionais e financeiras da Construtora Brasília Guaíba.

Inicialmente, a Administração Judicial questionou como estariam as atividades e a CBG informou que estão fluindo normalmente, com as obras de Ivorá e Tupanciretã, sendo que não possuem novas obras. As principais dificuldades encontradas são problemas com credores, principalmente, bancos. A empresa está gerando caixa com operação da BGSE, devido a falta de certidões na CBG, para participar de licitações. A Recuperanda informou que estão atentos a todas as obras propostas. Contudo, em licitações, os concorrentes estão entrando com preços abaixo do custo. As perspectivas são de novas obras do DAER.

Referente a inadimplência de clientes, a Recuperanda explicou que R\$ 8 milhões da Prefeitura de Cachoeirinha, está em cobrança com os advogados. Há uma situação política de obras que foram feitas no governo anterior, o qual o prefeito foi afastado. Nessa situação a CBG ganhou um leilão, em troca da dívida e a prefeitura anulou. Estão aguardando recebimento em espécie, sem data prevista. Quanto ao valor do DENIT, o serviço foi realizado e medido, e estão aguardando possível compensação de ação que entraram referente a uma obra na 116 em Camaquã, contra a CBG. Ou seja, de maneira geral, todos estão tramitando pelo jurídico

Atualmente a empresa trabalha com máquinas e caminhões locados. Conforme destacado, não há inadimplência extraconcursal com fornecedores. Estão em tratativa de acordos, porém nada concluído até o momento. Os salários correntes estão sendo pagos e o parcelamento realizado anteriormente estão em andamento.

medeiros²



2. RESUMO– CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Empreendimento destinado para pagamento dos credores trabalhistas:

Conforme prevê o Plano de Recuperação Judicial, os credores trabalhistas, cuja totalidade do crédito seja superior a R\$ 70.000,00, receberão a integralidade e totalidade de seus créditos através da dação em pagamento de tantos lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação, resultado do fracionamento da matrícula 5.862 do Registro de Imóveis de Portão. No dia 27/09/2022 a Administração Judicial realizou visita técnica até o local do empreendimento. De acordo com informações prestadas pelo engenheiro que acompanhou a visita, a empresa pretendia efetuar a compra dos postes para instalação da rede elétrica. Ainda, destacou que as matrículas estavam todas prontas e que estavam em busca dos credores para alterar a titularidade. As imagens abaixo refletem o empreendimento na data da visita. Ressalta-se, no entanto, que em dezembro/2022 foi apresentado relatório de conclusão do empreendimento.

Imagens capturadas pela Administração Judicial em visita técnica do dia 27/09/2022:



Imagens do relatório de conclusão do empreendimento, elaborado em dezembro/2022:



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda do estoque de pedra britada:



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 31/08/2022



Encaminhada em 27/02/2023



2. RESUMO- CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA

ACOMPANHAMENTO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL

Imagens enviadas pela Recuperanda em 27/02/2023, referente às obras em andamento na BGSE. No entanto a empresa não indicou a qual obra, cada imagem se refere.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22	jan/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.669.042	34.665.306	34.659.841
	Caixas e bancos	5.380	1.141	1.891
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.128.741	3.134.873	3.129.668
	Demais contas e valores a receber	946.791	945.693	944.683
	NÃO CIRCULANTE	28.757.427	27.228.066	27.268.495
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.480.188	2.517.095	2.557.524
PASSIVO	Investimentos	15.538.859	19.142.899	19.142.899
	Imobilizado	8.258.069	3.087.759	3.087.759
	TOTAL DO ATIVO	63.426.470	61.893.372	61.928.337
	BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22
	CIRCULANTE	22.908.615	23.584.662	23.539.028
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.189.544	5.240.668	5.157.082
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.143.657	6.185.057	6.228.142
	Provisões trabalhistas	16.560	17.079	24.212
	Obrigações fiscais	2.938.680	2.949.926	2.973.714
PASSIVO	Demais contas a pagar	1.773.744	1.917.157	1.889.044
	Parcelamentos	3.535.540	3.963.885	3.955.943
	NÃO CIRCULANTE	34.232.850	34.247.185	34.425.444
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.490.458	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	557.192	561.367	561.367
	Parcelamentos impostos	8.583.500	8.584.430	8.584.430
	Partes relacionadas	18.914.659	19.145.207	19.323.466
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.285.005	4.061.524	3.963.864
PASSIVO	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-42.620.546	-42.620.546
	Resultado do exercício em curso	-3.498.403	-	-97.660
TOTAL DO PASSIVO		63.426.470	61.893.372	61.928.337

Disponibilidades: a rubrica engloba valores em espécie (R\$ 1,2 mil) que motivaram o acréscimo de 66%; e bancos conta movimento (R\$ 630,32). Conforme relatório razão, as principais movimentações são com recebimento de clientes, operações de mútuo e pagamento a fornecedores, autônomos, FGTS e credores da Recuperação judicial. Os extratos, atestam os saldos contábeis. No entanto, não foi disponibilizado o extrato do Sicredi. De acordo com a CBG, a conta foi desativada e vão manter contato com o Sicredi em Porto Alegre, para ver o que conseguem recuperar do saldo.

Contas a receber: compreende, em sua maior parte, valores a receber Secretaria do Tesouro (R\$ 17,7 mil), Corsan (R\$ 431,6 mil) e PMC RS (R\$ 340,1 mil). A rubrica não apresenta variação de saldo desde junho/2022. Ainda, a CBG informou que há perspectivas de recebimento do total em aberto, que reflete a realidade. No entanto, não informou data prevista para receber os valores.

Adiantamentos a Terceiros: contempla, unicamente adiantamento a fornecedores, e o decréscimo de R\$ 5,2 mil, foi resultante da baixa dos valores adiantados, aos fornecedores Marli Leal (R\$ 5 mil), Fene Scherer (R\$ 600,00) e Ivonir Leal (R\$ 300,00). Além disso, houve novas antecipações no período, para Restaurante Chuletão (R\$ 460,00) e Certising Certificadora (R\$ 234,90).A CBG não possui relatório de controle dos adiantamentos, impossibilitando atestar o saldo nas demonstrações. A respeito da data estimada para a regularizar o saldo de R\$ 3 milhões, bem como o motivo para ainda não ter sido baixado, em outro momento, a Recuperanda afirmou que continua exigindo aos fornecedores a nota fiscal para baixa, inclusive na via judicial, como no caso da empresa Preconcretos. Ainda, destacou que há divergências a serem acertadas.

Demais contas e valores a receber: engloba impostos a recuperar (R\$ 944,6 mil). O decréscimo de R\$ 1 mil, foi relutante da baixa do saldo total de créditos a funcionários, referente ao décimo terceiro.

Partes Relacionadas: o acréscimo de 2%, foi motivado, especialmente, pelos pagamentos de créditos ilíquidos da Recuperação Judicial. O motivo pelos pagamentos estarem sendo alocados nessa conta, não foi esclarecido.

Imobilizado: de acordo com a empresa, o inventário do imobilizado não foi concluído e a previsão para finalização era até o final de 2022, no entanto, o mesmo não foi encaminhado até a finalização deste relatório. Adicionou, ainda, que os bens, em sua maioria, estão localizados na Pedreira de Camaquã e na Central de Equipamentos em Portão. O período não exibiu variação.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL CBG

BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22	jan/23
ATIVO	CIRCULANTE	34.669.042	34.665.306	34.659.841
	Caixas e bancos	5.380	1.141	1.891
	Contas a receber	18.681.422	18.681.422	18.681.422
	Serviços a faturar	11.865.891	11.865.891	11.865.891
	Estoques	40.817	36.286	36.286
	Adiantamentos a terceiros	3.128.741	3.134.873	3.129.668
	Demais contas e valores a receber	946.791	945.693	944.683
	NÃO CIRCULANTE	28.757.427	27.228.066	27.268.495
	Depósitos judiciais	2.480.312	2.480.312	2.480.312
	Partes relacionadas	2.480.188	2.517.095	2.557.524
Investimentos	15.538.859	19.142.899	19.142.899	
Imobilizado	8.258.069	3.087.759	3.087.759	
TOTAL DO ATIVO		63.426.470	61.893.372	61.928.337
BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22	jan/23
PASSIVO	CIRCULANTE	22.908.615	23.584.662	23.539.028
	Instituições financeiras	3.310.890	3.310.890	3.310.890
	Fornecedores	5.189.544	5.240.668	5.157.082
	Obrigações sociais e trabalhistas	6.143.657	6.185.057	6.228.142
	Provisões trabalhistas	16.560	17.079	24.212
	Obrigações fiscais	2.938.680	2.949.926	2.973.714
	Demais contas a pagar	1.773.744	1.917.157	1.889.044
	Parcelamentos	3.535.540	3.963.885	3.955.943
	NÃO CIRCULANTE	34.232.850	34.247.185	34.425.444
	Instituições financeiras LP	2.555.001	2.555.001	2.555.001
	Fornecedores LP	132.040	132.040	132.040
	Obrigações fiscais	3.490.458	3.269.141	3.269.141
	Obrigações sociais e trabalhistas LP	557.192	561.367	561.367
	Parcelamentos impostos	8.583.500	8.584.430	8.584.430
	Partes relacionadas	18.914.659	19.145.207	19.323.466
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	6.285.005	4.061.524	3.963.864
	Capital social	44.829.350	44.829.350	44.829.350
	Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720	1.852.720	1.852.720
	Prejuízos acumulados	-36.898.663	-42.620.546	-42.620.546
Resultado do exercício em curso	-3.498.403	-	-97.660	
TOTAL DO PASSIVO		63.426.470	61.893.372	61.928.337

Fornecedores: A rubrica engloba fornecedores (R\$ 3,3 milhões), sub empreiteiros (R\$ 769,3 mil) e retenções contratuais (R\$ 1 milhão). O decréscimo de 2% se deu pelos pagamentos do período. Em meio aos principais fornecimentos, destacam-se Instaladora Elétrica Maurício (R\$ 15,4 mil) e Medeiros & Medeiros (R\$ 14 mil).

Obrigações Sociais e Trabalhistas: O período exibiu acréscimo de 1%, principalmente, pela inadimplência do INSS e FGTS. Os pagamentos do período foram parciais. Compreende, em sua maior parte, saldos de INSS (R\$ 4,5 milhões), FGTS (R\$ 984,7 mil) e salários (R\$ 251,8 mil). Conforme informado em reunião, o parcelamento dos salários em atraso, está em andamento. Quando questionada sobre a que se refere os saldos em balancete de salários e rescisões, a empresa esclareceu que são pendências de funcionários que entraram com ações trabalhistas e seus processos ainda não foram concluídos.

Obrigações Fiscais: o aumento de 1%, foi resultante da inadimplência tributária. Os principais saldos são de COFINS (R\$ 1 milhão), retenção de impostos (R\$ 676,7 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 402,4 mil). Destaca-se que os tributos mensais não estão sendo pagos.

Demais contas a pagar: a retração de 1%, se deu, em sua maior parte, pelos pagamentos realizados a CEEE (R\$ 9,6 mil), Rosane Teresinha Berta (R\$ 7 mil) e Daiana Trindade (R\$ 4,9 mil). O pagamento identificado na rubrica de CEEE, trata-se da amortização de parcelamento. Destaca-se que a Planaterra assumiu a responsabilidade do parcelamento da dívida de energia de Camaquã.

Parcelamentos: contemplam os parcelamentos simplificados, PERT e IPTU do município de Portão/RS, que foi negociado em agosto/2020 e refere-se aos lotes que serão disponibilizados para pagamento da Classe Trabalhista acima de R\$ 70 mil, conforme plano de recuperação judicial. Apesar das ressalvas dessa Administração Judicial, a Recuperanda manteve a contabilização do saldo de R\$ 8,5 milhões (rubrica **Parcelamento de Impostos**) no longo prazo, pois, segundo a empresa, será efetuado novos parcelamentos junto a Receita Federal e PGFN, e o saldo será ajustado para a nova composição dos valores. A retração se deu pelos pagamentos de parcelamentos de IPTU (R\$ 3,3 mil), Sefaz (R\$ 1 mil) e com a Receita Federal (R\$ 3,3 mil).

Partes Relacionadas: compreende saldos de BGSE Construções (R\$ 11,4 milhões), Brasília Guaíba Investimentos (R\$ 5,9 milhões), André Loiferman (R\$ 1,2 milhões) e ALOI Participações (R\$ 617,3 mil). O acréscimo de 1% foi decorrente, em sua maior parte, dos aportes recebidos da BGSE (R\$ 611,7 mil). Além disso, houve pagamentos na monta de R\$ 433,5 mil.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS- DRE CBG

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	nov/22	dez/22	jan/23	2023
Faturamento	153.423	163.958	166.757	166.757
Deduções sobre vendas	-12.255	-10.623	-10.384	-10.384
RECEITA LÍQUIDA	141.168	153.335	156.373	156.373
CUSTOS	-146.535	-347.878	-76.903	-76.903
CUSTOS DIRETOS	-103.870	-326.054	-37.240	-37.240
Materiais diretos	-8.300	-298.618	-192	-192
Mão de obra direta	-3.692	-2.688	-9.467	-9.467
Serviços empreitados	-72.080	-15.389	-10.635	-10.635
Equipamentos de produção	-19.798	-9.359	-16.945	-16.945
CUSTOS INDIRETOS	-42.665	-21.824	-39.664	-39.664
Material indireto	-24.817	-1.148	-2.552	-2.552
Mão de obra indireta	-	-943	-	-
Outros custos indiretos	-17.847	-19.732	-37.112	-37.112
LUCRO BRUTO	-5.367	-194.543	79.469	79.469
DESPEASAS	-317.182	-2.028.937	-177.129	-177.129
DESPEASAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-231.173	-5.512.574	-107.308	-107.308
Despesas com pessoal	-4.378	-14.004	-5.605	-5.605
Ocupação, comunicação e energia	-2.448	-4.386	-3.921	-3.921
Serviços de terceiros	-137.616	-126.369	-67.700	-67.700
Despesas c/ veículos adm.	-12.206	-5.304.654	-2.333	-2.333
Outras despesas	-67.904	-19.913	-26.281	-26.281
Despesas não dedutíveis	-6.621	-43.248	-1.468	-1.468
EVENTOS FINANCEIROS	-85.079	-103.805	-68.985	-68.985
Despesas financeiras	-80.823	-103.805	-68.985	-68.985
Receitas financeiras	-4.256	-	-	-
DESPEASAS TRIBUTÁRIAS	-13.050	-16.600	-2.557	-2.557
OUTRAS DESPEASAS/RECEITAS OP.	12.120	3.604.041	1.721	1.721
OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	12.120	3.604.041	1.721	1.721
RESULTADO	-322.548	-2.223.480	-97.660	-97.660

Faturamento: compreende aluguel de máquinas a Planaterra (R\$ 130 mil) e venda de pedra britada (R\$ 36,7 mil) que motivou o acréscimo de 2%.

Deduções sobre vendas: engloba, unicamente, impostos s/ vendas (R\$ 10,3 mil).

Custos: conforme relatado pela empresa, os custos seguem de acordo com o cronograma de execução das obras. Os principais desembolsos do período, foram com mão de obra direta (R\$ 9,4 mil), serviços prestados (R\$ 10,6 mil), energia elétrica (R\$ 12,4 mil) e custo com instalação elétrica no Loteamento Portão (R\$ 17,8 mil). De acordo com a CBG, as instalações elétricas da pedraira Camaquã foram furtadas e refeitas pela Planaterra. A retração expressiva de 78%, se deu pela redução de custos com materiais diretos.

Despesas Gerais Administrativas: contempla, especialmente, serviços prestados por terceiros (R\$ 67,7 mil); outras despesas (R\$ 17,7 mil) que se referem a Medeiros & Medeiros de R\$ 15 mil e TOTVS de R\$ 2,7 mil; e despesas legais e judiciais (R\$ 14,2 mil) que se tratam de custas com processos do banco Bradesco e CCB. O decréscimo expressivo de 98%, foi resultante, em sua maioria, da depreciação anual acumulada reconhecida no período anterior. Dentre os principais serviços de terceiros, estão Flavio Luz e Advogados (R\$ 10,6 mil), Rosângela Benetti Almeida Advogados (R\$ 10 mil) e Alves, Prisco & Advogados (R\$ 10 mil).

Resultado Financeiro: O resultado financeiro foi negativo de R\$ 68.985,41, principalmente, pelos juros s/ tributos (R\$ 52,2 mil) e variações passivas referente a atualização de FGTS em atraso (R\$ 14 mil).

Despesas tributárias: compreende taxas (R\$ 2,5 mil), em sua maioria, de tabelionato de notas e de processos com o Ministério do Trabalho.

Outras receitas Operacionais: se tratam as receitas geradas com reversão de provisões trabalhistas. Quando questionada, a empresa relatou que o lançamento foi para zerar o saldo da conta de provisão de 13º salário, que foi pago em dezembro/2022.

Resultado: O período exibiu prejuízo de R\$ 97.660,03. O faturamento não foi suficiente para suprir os custos e despesas da operação.

3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC CBG

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXO DE CAIXA

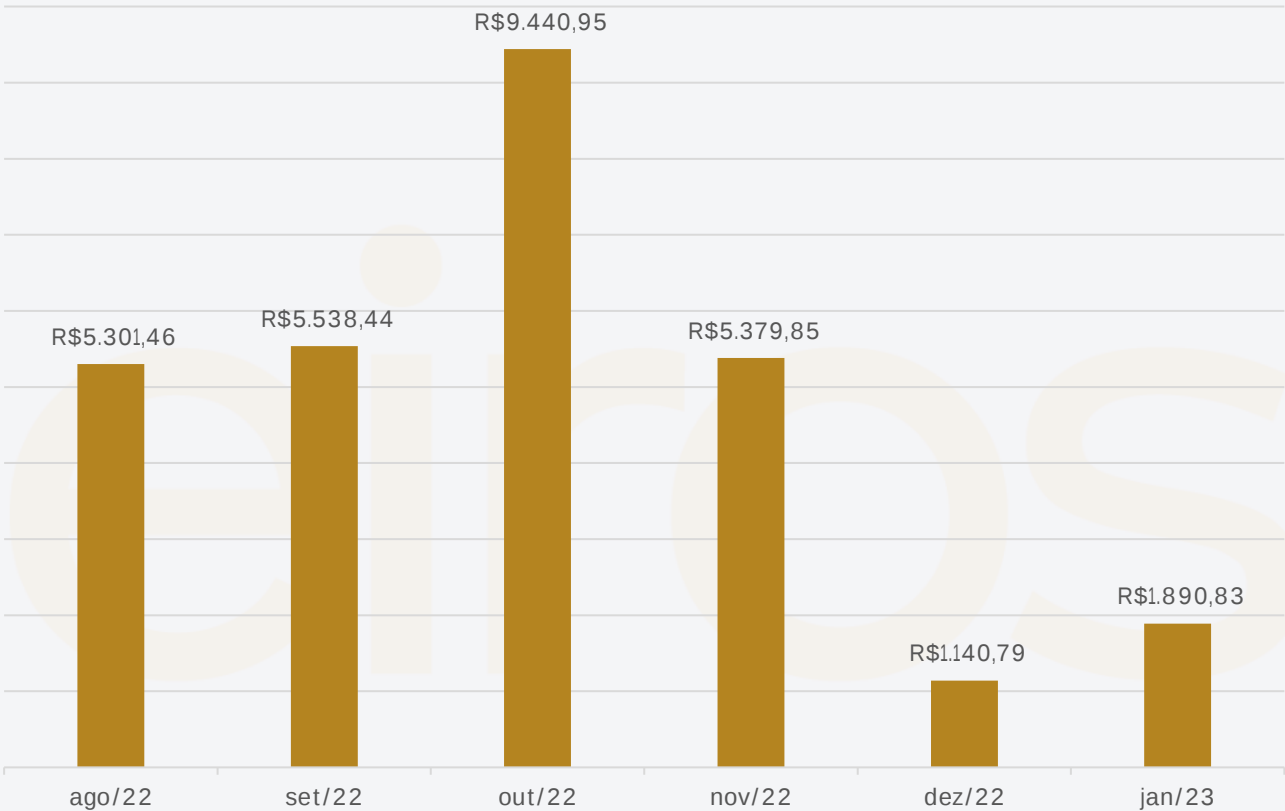
FLUXO DE CAIXA GERENCIAL (R\$)	nov/22	dez/22	jan/23
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
(+) Recebimento de Clientes	153.423	163.958	166.757
(+) Recebimento por ressarcimento de despesas	12.120	1	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-16.756	-17.220	-575
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-184.882	-157.972	-151.189
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-11.433	-66.444	-24.909
(-) Pagamento a Credores	-16.737	-26.562	-14.382
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-63.257	-8.620	-14.282
(-) Pagamento Serviços Profissionais	-7.024	-4.998	-3.766
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-16.794	-15.016	-2.050
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-4.200	-9.246	-140
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-364	-364	-391
(-)Pagamento de Fundo de Garantia	-2.757	-2.522	-4.239
(-)Pagamento de Previdência Social	-3.719	-3.721	-922
(-) Pagamento Locações e Alugueis	-1.512	-1.512	-1.212
(-) Pagamento Contribuições a Entidades de Classe	-	-	-598
(-) Pagamento de Tributos Municipais Empresa	-4.105	-350	-
(-) Pagamento de Tributos Estaduais Empresa	-4.558	-6.011	-6.408
(-) Pagamento de Tributos Federais Empresa	-16	-16	-1.321
(-) Pagamento Tributos federais retidos na fonte	-3.008	-1.869	-
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-9.649	-10.980	-1.527
(-) Pagamento Homologação Trabalhista	-69.617	-25.488	-25.488
(-) Pagamento de Parcelamento simplificado	-3.470	-	-3.539
(-) Pagamento de Parcelamento Municipal	-3.313	-3.313	-3.313
(-) Pagamento Funcionários Credores da Recup. Judicial	-120.031	-36.907	-40.429
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	-381.659	-235.173	-133.922
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-708	-854	-506
(-) Pagamento Juros e Multas	-14	-98	-10
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operacionais	-382.380	-236.125	-134.438
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(-) Recebimento Líquidos Aplicações Financeiras	-4.256	-	-
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-4.256	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	382.575	231.886	135.188
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	382.575	231.886	135.188
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-4.061	-4.239	750
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Período	9.441	5.380	1.141
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	5.380	1.141	1.891

Atividades operacionais: em janeiro, o caixa operacional foi negativo de R\$ 134,4 mil, principalmente, pelos pagamentos a fornecedores (R\$ 176 mil), créditos trabalhistas da RJ (R\$ 40,4 mil) e homologações trabalhistas (R\$ 25,4 mil). As entradas foram, com recebimento de clientes (R\$ 166,7 mil).

Atividades de financiamento: o caixa do mês foi financiado, principalmente, dos aportes cedidos pela BGSE Construções, no valor líquido de R\$ 135,1 mil.

O saldo disponível ao final do período, conforme demonstrações apresentadas, é de R\$ 1,8 mil, que confere com as disponibilidades no balanço patrimonial.

Evolução dos valores em caixa R\$



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		nov/22	dez/22	jan/23
ATIVO	CIRCULANTE	6.379.306	7.750.107	10.228.681
	Disponível	5.693	4.008	11.597
	Aplicação Financeira	1.108.886	706.608	704.947
	Contas a receber	6.000	5.536.730	-
	Serviços a faturar	3.868.179	-	7.941.748
	Adiantamentos a terceiros	856.668	1.012.917	1.080.545
	Demais contas e valores a receber	533.879	489.844	489.844
	NÃO CIRCULANTE	20.265.006	20.544.421	20.717.031
	Partes relacionadas	10.505.440	11.050.199	11.488.151
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	9.459.566	9.194.223	8.928.879
TOTAL DO ATIVO		26.644.312	28.294.529	30.945.712
BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22	jan/23
PASSIVO	CIRCULANTE	7.231.530	9.151.629	10.325.028
	Fornecedores	3.416.236	5.054.885	5.401.464
	Obrigações sociais e trabalhistas	198.279	135.869	141.455
	Obrigações fiscais	603.824	800.497	1.281.998
	Provisões	115.687	487.764	487.764
	Demais contas a pagar	620.963	607.963	607.963
	Parcelamentos	2.241.902	2.449.002	2.404.385
	Sociedade em conta de participação	34.640	-384.350	
	NÃO CIRCULANTE	255.341	-	-
	Parcelamentos impostos	255.341	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		15.539.189	19.142.899
Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000	
Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	4.132.899	4.132.899	
Resultado do exercício em curso	-	-	1.477.784	
TOTAL DO PASSIVO		23.026.060	28.294.529	30.945.712

Disponível: compreende, valores em espécie (R\$ 311,79), bancos conta movimento (R\$ 11,2 mil) e aplicações financeiras (R\$ 704,9 mil). O acréscimo de R\$ 5,8 mil, se deu pelo aumento de saldo com o Banco Copesa. Os extratos enviados, atestam os saldos contabilizados. As principais movimentações das disponibilidades, conforme relatório razão, foram com operações de mútuo, recebimento de clientes e pagamentos a fornecedores e sub empreiteiros. Quando questionada sobre o valor expressivo de R\$ 634,7 mil, pagos no dia 16/01/2023 para Anna Julia Cidade Monega, a BGSE relatou que trata-se do fornecimento de pedras (brita comercial) para a obra de Tupanciretã. E que não há contrato entre as partes.

Contas a receber: a rubrica zerou o saldo, motivado pelos recebimentos do DAER de R\$ 5,5 milhões no dia 02/01/2023 via Banco Copesa e baixa por cancelamento de locação de caminhão Pipa de R\$ 6 mil da Planaterra.

Serviços a faturar: a inclusão do saldo de R\$ 7,6 milhões, refere-se à novas medições do DAER, de Tupanciretã, trecho de Ivorá, trecho de Faxinal do Saturno e trecho de São João do Polesine.

Adiantamento a Terceiros: engloba, unicamente, valores adiantados a fornecedores. O acréscimo de 3% se deu pelos novos adiantamentos do mês (R\$ 109,8 mil), que foram superiores às baixas (R\$ 42,2 mil). Em meio aos principais valores adiantados, destacam-se JP Santa Lúcia (R\$ 39,4 mil), Viapave (R\$ 35 mil) e Trevisan (R\$ 12,7 mil). Ainda, não foi disponibilizado o relatório de adiantamentos. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado.

Partes Relacionadas: compreende aportes concedidos para a CBG e apresentou acréscimo de 37%. O total do montante direcionado para a CBG, no período analisados foi de R\$ 611,7 mil, enquanto os recebimentos de mútuos foram de R\$ 173,8 mil.

Investimentos: contempla contratos de empreitadas (R\$ 300 mil) referente a capitalização realizada na constituição da BGSE, dos contratos do DAER que estão em atividade.

Imobilizado: O decréscimo de 3%, se deu pela depreciação mensal de R\$ 265,3 mil.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– BALANÇO PATRIMONIAL BGSE

BALANÇO PATRIMONIAL Analítico		nov/22	dez/22	jan/23
ATIVO	CIRCULANTE	6.379.306	7.750.107	10.228.681
	Disponível	5.693	4.008	11.597
	Aplicação Financeira	1.108.886	706.608	704.947
	Contas a receber	6.000	5.536.730	-
	Serviços a faturar	3.868.179	-	7.941.748
	Adiantamentos a terceiros	856.668	1.012.917	1.080.545
	Demais contas e valores a receber	533.879	489.844	489.844
	NÃO CIRCULANTE	20.265.006	20.544.421	20.717.031
	Partes relacionadas	10.505.440	11.050.199	11.488.151
	Investimentos	300.000	300.000	300.000
	Imobilizado	9.459.566	9.194.223	8.928.879
	TOTAL DO ATIVO	26.644.312	28.294.529	30.945.712
BALANÇO PATRIMONIAL		nov/22	dez/22	jan/23
PASSIVO	CIRCULANTE	7.231.530	9.151.629	10.325.028
	Fornecedores	3.416.236	5.054.885	5.401.464
	Obrigações sociais e trabalhistas	198.279	135.869	141.455
	Obrigações fiscais	603.824	800.497	1.281.998
	Provisões	115.687	487.764	487.764
	Demais contas a pagar	620.963	607.963	607.963
	Parcelamentos	2.241.902	2.449.002	2.404.385
	Sociedade em conta de participação	34.640	-384.350	-
	NÃO CIRCULANTE	255.341	-	-
	Parcelamentos impostos	255.341	-	-
	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	15.539.189	19.142.899	20.620.683
	Capital social	15.010.000	15.010.000	15.010.000
	Lucros ou Prejuízos acumulados	529.189	4.132.899	4.132.899
	Resultado do exercício em curso	-	-	1.477.784
	TOTAL DO PASSIVO	23.026.060	28.294.529	30.945.712

Fornecedores: o acréscimo de 7%, foi resultante do maior volume de fornecimentos, quando comparado aos pagamentos do período. Contempla, fornecedores (R\$ 1,3 milhão), sub empreiteiros (R\$ 3,9 milhões) e retenções contratuais (R\$ 147,2 mil). Os principais fornecimentos de janeiro foram de Della Pasqua Engenharia (R\$ 2,3 milhões), Avensi Engenharia (R\$ 1 milhão) e Anna Julia Cidade Monego (R\$ 634,7 mil). Os contratos da Della Pasqua relatam que os serviços contratados são de mão de obra, materiais, equipamentos e demais insumos para serviços a serem realizados em Tupanciretã e Ivorá, a um valor total estimado de R\$ 41,4 milhões. O contrato de Avensi Construtora, traz como objeto os mesmos serviços e materiais, contudo, parcial, do trecho de Ivorá que totaliza o valor estimado de R\$ 15.895.872,12. O relatório financeiro, de controle interno da empresa, não foi encaminhado. Desta forma, não é possível atestar o saldo contabilizado

Obrigações Sociais e Trabalhistas: compreende, em sua maior parte, saldo a pagar de provisões (R\$ 104,9 mil), INSS (R\$ 15,6 mil) e salários (R\$ 12,3 mil). O acréscimo de R\$ 5,5 mil foi resultante da apropriação de líquido de férias, para pagamento em período posterior. Os salários e FGTS foram pagos, contudo o INSS acumula atrasos.

Obrigações fiscais: o aumento de 60% no saldo da rubrica, se deu pela inadimplência dos tributos e apropriação de obrigações fiscais s/ faturamento diferido. Os únicos pagamentos registrados no período foram de ISS retido em notas fiscais de prestadores de serviços (R\$ 22,5 mil). A rubrica acumula saldos, especialmente, de COFINS (R\$ 473,7 mil), ISS (R\$ 372,5 mil) e obrigações fiscais s/ faturamento diferido (R\$ 289,8 mil).

Parcelamentos: o decréscimo do mês, foi resultante da amortização do parcelamento simplificado (R\$ 44,6 mil).

Sociedade em conta de participação: anteriormente, a rubrica contava com saldo redutor de R\$ 384,3 mil de SCP A e SCP B, que não foi esclarecido pela Recuperanda. Em janeiro, houve o zeramento por ajuste, que segundo a empresa, com o encerramento das SCPs. A e B, houve prejuízo que a BGSE assumiu. . A contrapartida dos lançamentos, foi a rubrica de despesas com SCP's.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DRE BGSE

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

DRE	nov/22	dez/22	jan/23
Receita Bruta	3.874.179	5.684.658	7.941.748
Deduções sobre vendas	-234.143	-336.489	-502.735
RECEITA LÍQUIDA	3.640.036	5.348.169	7.439.013
CUSTOS	-3.590.300	-4.725.027	-5.398.278
CUSTOS DIRETOS	-3.535.276	-4.718.573	-5.372.179
Materiais diretos	-120.422	-694.747	-685.577
Mão de obra direta	-15.285	-16.807	-14.902
Serviços empreitados	-2.540.774	-3.568.960	-3.638.217
Equipamentos de produção	-858.795	-438.059	-1.033.482
CUSTOS INDIRETOS	-55.024	-6.454	-26.099
Material indireto	-22.562	-784	-5.324
Outros custos indiretos	-32.462	-5.670	-20.775
LUCRO BRUTO	49.737	623.142	2.040.735
DESPESAS	-259.301	-637.683	-562.952
DESPESAS GERAIS ADMINISTRATIVAS	-247.551	-245.789	-171.923
Despesas com pessoal	-105.153	-96.543	-65.451
Ocupação, comunicação e energia	-9.233	-9.137	-8.500
Serviços de terceiros	-93.594	-100.243	-61.748
Despesas c/ veículos adm.	-2.965	-8.219	-9.073
Viagens e representações	-1.000	-669	-578
Outras despesas	-28.098	-21.977	-16.383
Despesas não dedutíveis	-7.508	-9.001	-10.190
EVENTOS FINANCEIROS	-11.692	-7.805	-4.526
Despesas financeiras	-11.708	-7.805	-5.579
Receitas financeiras	16	0	1.053
DESPESAS TRIBUTÁRIAS	-57	-1.170	-2.141
OUTRAS DESPESAS/RECEITAS OP.	-	12.085	-384.363
Imposto de Renda e Contribu. Social S/L	-	-395.005	-
RESULTADO	-209.564	-14.541	1.477.784

Receita Bruta: em janeiro, a receita exibiu acréscimo de 40%, motivado pelas medições do DAER. Conforme informações prestadas pela BGSE, O aumento ou redução de receita em obras de construção civil verificados, não implicam em novos contratos e sim em medições de trabalho executados, que é a base do faturamento. As obras em andamento são de Ivorá e Tupanciretã.

Deduções sobre vendas: contemplam, impostos s/ a receita de R\$ 496,7 mil e cancelamento de locação de caminhão Pipa de R\$ 6 mil da Planaterra.

Custos: compreendem, em sua maior parte, serviços empreitados (R\$ 3,6 milhões), custos com equipamentos de produção (R\$ 1 milhão) e materiais pétreos (R\$ 604,4 mil). O acréscimo de 14%, foi decorrente do aumentos dos serviços empreitados e óleo diesel para equipamentos de produção.

Despesas Gerais Administrativas: engloba, principalmente, despesas com pessoal (R\$ 65,4 mil), serviços de terceiros (R\$ 61,7 mil) e outras despesas (R\$ 16,3 mil). Dentre os principais serviços de terceiros, estão GLH Controle (R\$ 13,4 mil), Schwambach Consultoria (R\$ 12,7 mil) e Trevisan Engenharia (R\$ 12,7 mil). A rubrica exibiu decréscimo de 30%, em sua maioria, pelas despesas com pessoal resultante do pagamento de décimo terceiro e férias que ocorreu no mês anterior; menor volume de serviços prestados por PJ; e outras despesas que foi motivado pela retração de gastos com transporte de equipamento e despesa com condução, pedágio e estacionamentos.

Resultado Financeiro: o resultado financeiro foi negativo de R\$ 4.525,86, principalmente, pelos desembolsos com juros de mora (R\$ 2,7 mil), multas (R\$ 1,5 mil) e despesas bancárias (R\$ 1,2 mil).

Despesa tributária: compreende taxas de R\$ 2,1 mil, com o tabelionato de notas e CREA.

Resultado: o período exibiu lucro de R\$ 1.477.783,66, motivado pelo aumento das receitas e redução das despesas.



3. DADOS FINANCEIROS-ECONÔMICOS– DFC BGSE

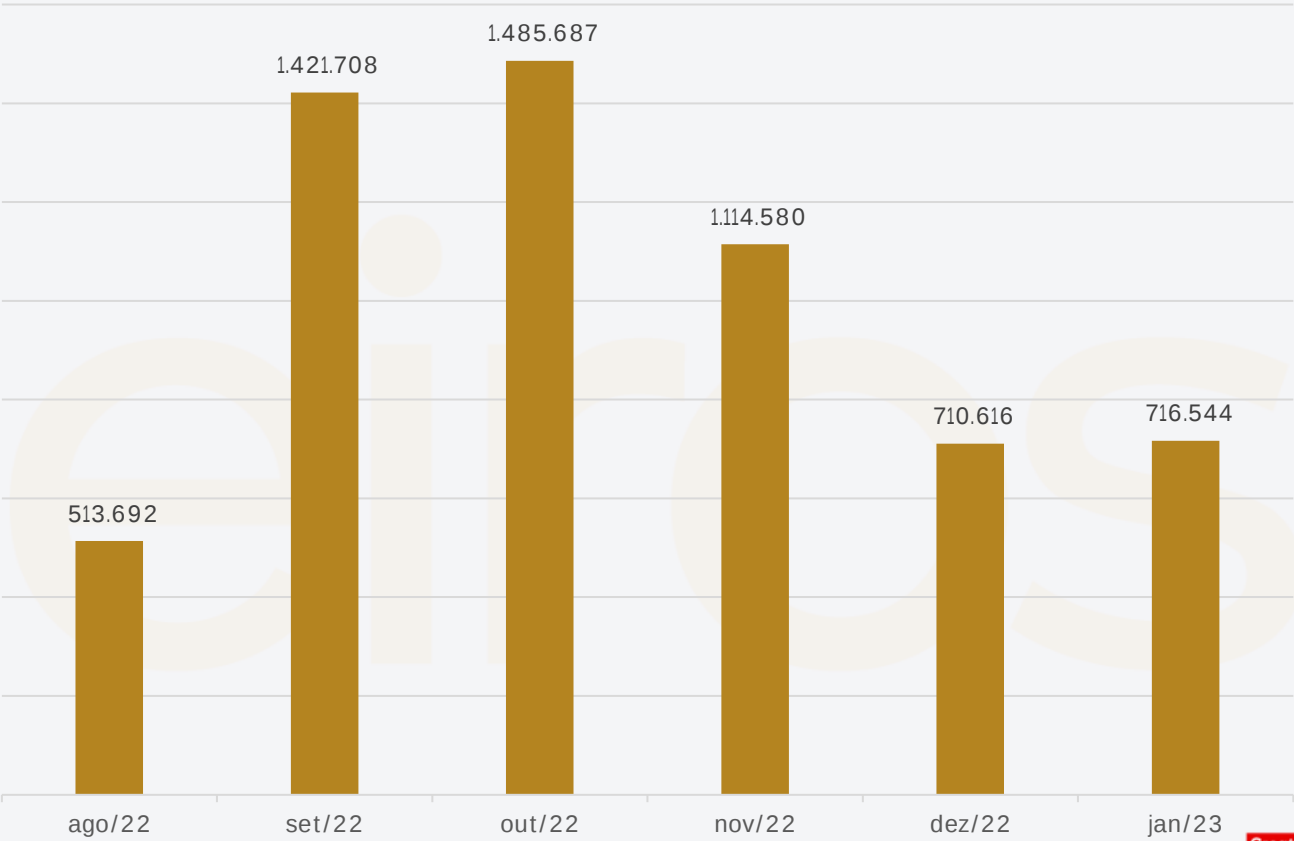
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	nov/22	dez/22	jan/23
(+) Recebimento de Clientes	2.093.129	3.769.510	5.530.730
(+) Recebimento por Ressarcimento de Despesas	-	1	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Adiantamentos a Fornecedores	-256.028	-176.166	-109.849
(-) Pagamento a Fornecedores a Prazo	-1.378.799	-3.250.493	-4.784.970
(-) Pagamento a Fornecedores a vista	-21.725	-20.406	-31.305
(-) Pagamento a Credores	-1.800	-6.700	-1.800
(-) Pagamento a Despesas Legais e Judiciais	-	-4.906	-4.919
(-) Pagamento Remuneração a Empregado	-69.368	-65.162	-53.280
(-) Pagamento Benefícios a Empregados	-6.986	-11.104	-11.928
(-) Pagamento Outros Encargos a Empregados	-	-	-5.218
(-) Pagamento Fundo de Garantia	-	-5.340	-
(-) Pagamento Previdência Social	-	-17.500	-
(-) Pagamentos Locações e Aluguéis	-16.678	-8.454	-7.196
(-) Pagamento de Seguros	-	-277	-
(-) Pagamento tributos Minicipais	-	-	-22.504
(-) Pagamento Tributos Federais Retidos na Fonte	-544	-595	-1.189
(-) Pagamento Demais Despesas Tributárias	-160	-1.362	-2.524
(-) Pagamento Parcelamento Simplificado (Impostos e Previdência e FGTS)	-46.618	-49.078	-44.617
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. antes dos Enc. Financeiros	294.422	151.969	449.429
(-) Pagamento Encargos Financeiros	-1.412	-3.400	-1.239
(-) Pagamento Juros e Multas	-1.601	-4.400	-4.310
(=) Caixa Liquido Proveniente das Atividades Operac. após os Enc. Financeiros	291.410	144.169	443.880
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS			
(=) Caixa Liquido usado nas atividades de investimentos	-	-	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS			
(-) Pagamento Imobilizado de Pequeno Porte	-	-749	-
(+/-) Recebimento/(pagamento) Partes relacionadas	-662.518	-547.384	-437.953
(=) Caixa Liquido usado nas pelas Atividades de Financiamentos	-662.518	-548.133	-437.953
AUMENTO/(REDUÇÃO) LIQUIDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	-371.108	-403.964	5.928
Caixa e Equivalentes de Caixa no Inicio do Período	1.485.687	1.114.580	710.616
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Período	1.114.580	710.616	716.544

Atividade Operacional: o caixa operacional de janeiro foi positivo de R\$ 443,8 mil, motivado pelos recebimentos de clientes (R\$ 5,5 milhões). As principais saídas foram com pagamentos a fornecedores (R\$ 4,8 milhões), baixa de adiantamentos a fornecedores (R\$ 109,8 mil) e remuneração a empregados (R\$ 53,2 mil).

Atividade de financiamento: compreende as transações de mútuo entre as partes relacionadas de valores concedidos para a CBG de R\$ 437,9 mil.

O caixa líquido no final de janeiro, foi de R\$ 716.543,62, que confere com o saldo das disponibilidades no ativo.

Evolução dos valores em caixa R\$

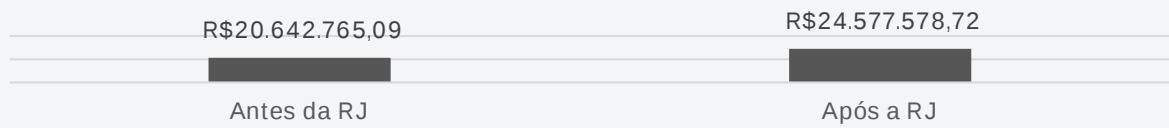


4. ENDIVIDAMENTO EXTRACONCURSAL

Dívida Tributária

A Companhia não apresenta regularidade fiscal, visto que não realiza o pagamento integral dos tributos. A dívida tributária da Construtora Brasília Guaíba, atualizada até janeiro de 2023, é de **R\$ 24.577.578,72**. De acordo com a empresa, no dia 30/04/2022, solicitaram na PGFN a transação individual para o parcelamento dos débitos tributários, previdenciários e FGTS, apresentaram as garantias necessárias e estão aguardando a análise final para contratação do parcelamento. A recuperanda informou que o assunto está parado com a Caixa Econômica Federal. Sendo assim a PGFN não concluiu o laudo. Em dezembro/2023, houve novos parcelamentos junto a Fazenda Estadual, de débitos de IPVA, multas e ICMS em até 180 parcelas.

Posição do Passivo Fiscal



O passivo tributário da BGSE, ao final de janeiro/2023, era de **R\$ 3.704.551,22**. Em março/2022, ocorreu parcelamento de tributos. Os débitos negociados foram de PIS, COFINS, CSSL, IRPJ, IRPF e IOF. O valor devido era de R\$ 384,4 mil, que com a incidência de multas e juros, totalizou R\$ 470,9 mil. O montante foi parcelado em 60 vezes, com o primeiro pagamento para 31/03/2022. Houve a adesão de parcelamentos da Receita Federal, em 05/09/2022 referente a dívida consolidada de R\$ 17.009,75 em 34 parcelas; em 26/09/2022 no valor total de R\$ 25.832,62 negociados em 51 parcelas; e em 27/09/2022 pertinente a dívida de R\$ 1.763.541,87 parcelado em 60 vezes. Os tributos negociados foram INSS, IR na fonte, IR s/ 1º e 2º trimestre de 2022, PIS e COFINS.

PASSIVO TRIBUTÁRIO	
IMPOSTO	VALOR EM ABERTO
NSS a recolher	15.625,30
FGTS a recolher	2.542,51
SSQN a recolher	372.511,82
PIS a recolher	106.072,03
COFINS a recolher	473.733,98
IRRF S/ trab. Assalariado a recolher	29.160,28
IRRF (demais IRRF) a recolher	10.646,26
COFINS s/ faturamento diferido	238.252,43
PIS s/ faturamento diferido	51.621,35
Parcelamento Simplificado Impostos	2.140.480,08
Parcelamento PGFN	263.905,18
TOTAL	3.704.551,22

Bancos Credores Não Sujeitos à RJ

Segue abaixo última posição repassada pela empresa:

Banco Bradesco: a CBG informou que está negociando 6 lotes da matrícula 2216 em Portão, e depende da individualização para fechamento da operação (aguardando a dispensa da certidão de tributos por parte do juiz para o RI de Portão emitir as novas matrículas).

Banco Fibra: a empresa informou em seus esclarecimentos que, receberam as matrículas 17.779 e 17.784 da individualização, e encaminharam ao banco para avaliação e seguimento na negociação da liquidação do saldo da garantia real.

Banco do Brasil: de acordo com a Recuperanda, os contratos de Finame com garantia de equipamentos foram executados por penhora em contas bancárias, desprezando a alienação dos bens. A empresa ingressou com ação judicial contra a extraconcursalidade dos contratos de Finame, pois o banco dispensou a garantia na ação de cobrança, e aguarda sentença do juiz.

Banco BIC: segundo a Recuperanda, com a rescisão unilateral do contrato do DNIT, que era a garantia do contrato firmado com Banco BIC, os valores deverão ser classificados como quirografários, devendo ser liquidados com a cessão de recebíveis, conforme prevê o Plano da RJ. A empresa apresentou manifestação nesse sentido diretamente à Administração Judicial, ao Banco BIC e também nos autos da recuperação judicial. No entanto, por se tratar de crédito bancário cuja sujeição ao PRJ depende de análise mais aprofundada, esta Administração orientou a Recuperanda a promover o competente pedido de retificação do quadro geral de credores, a fim de viabilizar a correta verificação do caso e possibilitar o contraditório pela instituição bancária. Ainda, nos próprios autos do processo, entendeu ser inviável o atendimento da pretensão da empresa sem eventual desconstituição dos termos do acordo, o que deveria ser discutido por ação própria. O Juízo determinou a intimação da Recuperanda para ciência e providências, não tendo deliberado sobre o mérito do pedido.

Banco Átria: o banco já adjudicou o terreno que estava alienado na confissão de dívida, portanto, está quitado.

CREDOR	CNPJ / CPF	VALOR R\$
BANCO BRADESCO S/A	60.746.948/0001-12	1.574.004,17
BANCO DO BRASIL S/A	00.000.000/0001-91	3.340.902,23
BANCO INDUSTRIAL E COMERCIAL - BICBANCO S/A	07.450.604/0001-89	8.124.741,32
BANCO ATRIA S/A	05.956.581/0001-53	950.000,00
VALOR TOTAL		13.989.647,72



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Proposta de Pagamento

CONDIÇÕES DO PLANO									
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	Nº PARCELAS	PERIODICIDADE	JUROS	CORREÇÃO	RECURSOS UTILIZADOS	FORMA DE RECEBIMENTO
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) mediante compensação de eventuais créditos; ii) recursos de caixa; iii) alienação de UPI.	Integralmente, até nov/18.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	-	-	-	-	i) dação em pagamento de lotes individuais ou fração proporcional ao valor de avaliação da Matrícula 5.862.	Integralmente após dação dos lotes.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	-	-	-	-	(i) dação em pagamento de suas respectivas garantias, respeitados os valores dos seus créditos, com respectiva quitação total do crédito.	Dação de garantia
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	240	Mensal	4% a.a.	TR	i) parcelas mensais; ii) reforços de pagamento com alienação e, conseqüente direcionamento dos recursos para amortização do saldo devedor dos ativos pertencentes a Sociedade de Propósito Específico Camaquã, controlada pela Recuperanda.	Parcelada, em 240 meses
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios dos processos contra a Prefeitura de Porto Alegre.	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento mediante cessão fiduciária de direitos creditórios sobre processos contra o DNIT, DH do Estado de São Paulo e COMPESA.	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	48	Mensal	3% a.a.	TR	i) recursos de caixa para o pagamento mensal.	Parcelado, em 48 meses
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	-	-	-	-	i) Pagamento através de cessão fiduciária de direitos creditórios líquidos e cessão de transferência dos direitos, ações e exceções da UIP SPE Pedreira Rincão, SPE Três Passos.	Cessão fiduciária de direitos creditórios
TOTAL									



5. PLANO DE RECUPERAÇÃO JUDICIAL – RESUMO DE PAGAMENTO

Prestação de Contas

Abaixo segue resumo dos pagamentos de créditos concursais realizados pela Recuperanda. Registra-se que a prestação de contas detalhada referente ao cumprimento das obrigações do PRJ está em incidente específico, conforme determinações da Lei 11.101/2005, e em nosso site: www.administradorjudicial.adv.br.

CONDIÇÕES DO PLANO				ATUALIZAÇÃO EM JANEIRO/2023				OBSERVAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO JUDICIAL
CLASSE	Subclasse	INÍCIO DOS PAGAMENTOS	FIM DOS PAGAMENTOS	VALOR A PAGAR	PAGO	EM ATRASO	A VENCER	
Art. 83, VIII	-	-	-	1.273.874,06	-	-	1.273.874,06	O saldo em aberto, se refere ao valor arrolado em favor do sócio André Loiferman.
Classe I - Trabalhista	Créditos de até R\$ 70 mil - líquidos	nov/17	nov/18	6.104.800,93	4.426.963,80	1.767.241,25	-	-
	Créditos de até R\$ 70 mil - ilíquidos	-	-	640.338,45	419.138,38	318.120,99	-	Os pagamentos referem-se aos credores com data incorreta na certidão, mas que foram pagos pela CBG.
	Créditos acima de R\$ 70 mil	nov/17	nov/18	12.027.980,40	4.593.829,14	7.434.151,26	-	A empresa encaminhou os termos de cessão e quitação antecipada de 14 credores trabalhistas, contudo, considerando que o plano de loteamento não foi finalizado, esta Administração Judicial entende pertinente ter como quitados os créditos somente após a cessão definitiva.
Classe II - Garantia Real	Aplicável a todos	-	-	9.118.235,98	-	9.118.235,98	-	Ainda não houve formalização da dação em pagamento das respectivas garantias.
Classe III - Quirografários	Credores Operacionais de Pequeno Crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	542.723,49	423.120,82	149.613,74	-	A Recuperanda realizou a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros. A atualização foi paga, parcialmente, em junho/2022.
	Credores Financeiros Parceiros	nov/17	nov/37	42.262.034,67	-	2.517.333,33	39.744.701,34	O valor em atraso contempla 55 parcelas em atraso relativo ao credor Banrisul S/A.
	Credores Financeiros de Grande Valor	-	-	60.092.487,51	60.092.487,51	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão de créditos oriundos da ação judicial do DNIT e alienação das UPI's, conforme prevê o Plano, portanto, os credores notificados foram considerados como pagos. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
	Credores Financeiros Ordinários	-	-	4.295.573,77	4.295.573,77	-	-	
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	37.159.299,97	37.157.406,23	1.893,74	-	
	Credores Operacionais Colaborativos	-	-	4.364.585,98	4.364.585,98	-	-	
Classe IV - ME e EPP	Credores Operacionais de Pequeno crédito - Até R\$ 10 mil	nov/17	nov/21	256.767,39	202.092,92	87.859,03	42.214,97	A Recuperanda está realizando a liquidação do valor principal, em única parcela sem juros, mas irá proceder com os cálculos de encargos e posterior pagamento da diferença. Assim, o valor em atraso contempla 58 parcelas de credores que não foram pagos e a correção monetária de todos os créditos.
	Credores Operacionais Ordinários	-	-	7.269.107,83	7.269.107,83	-	-	A Recuperanda emitiu a notificação de cessão fiduciária de direitos creditórios a todos os credores, de acordo com comprovações enviadas à Administradora Judicial. Contudo, aguarda-se o leilão das UPIs nos autos processuais para então serem perfectibilizados os termos de cessão nos devidos percentuais, ocasião na qual as cessões serão comunicadas também na ação judicial do DNIT e quando, finalmente, serão considerados quitados.
TOTAL				185.407.810,43	123.244.306,38	21.394.449,32	41.060.790,37	





ANEXOS

I – DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DE JANEIRO/2023





medeiros²
administração judicial



 **0800 150 1111**

 **+55 51 99871-1170**

PORTO ALEGRE

Av. Dr. Nilo Peçanha, 2900 - 701
RS - CEP 91330-001

NOVO HAMBURGO

R. Júlio de Castilhos, 679, Salas 111 e 112,
RS - CEP 93.510-130

CAXIAS DO SUL

Av. Itália, 482/501, Ed. Domênica Verdi
RS - CEP 95010-040

BLUMENAU

Rua Dr. Artur Balsini, 107, BBC Blumenau
Bairro Velha - CEP: 89036-240

RIO DE JANEIRO

Rua da Quitanda, 86 - 2º andar, Ed.
Galeria Sul América Seguros
Bairro Centro - CEP: 20091-005

SÃO PAULO

Av. Brig. Faria Lima, 422L 1º andar
Bairro Itaim Bibi - CEP: 04538-133

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE JANEIRO



ATIVO

CIRCULANTE

	01- 2023	12/2022
Disponível	11.596,92	4.008,44
Aplicações Financeiras	704.946,70	706.607,50
Contas a Receber	-	5.536.730,06
Serviços a Faturar	7.941.748,31	
Adiantamento a Terceiros	1.080.544,80	1.012.917,30
Demais Valores a Receber	489.844,16	489.844,16
Total do ativo circulante	10.228.680,89	7.750.107,46

NÃO CIRCULANTE

Realizável a longo prazo

Deposito Judiciais	-	
Partes Relacionadas	11.488.151,32	11.050.198,66
Invetimentos	300.000,00	300.000,00
Imobilizado	8.928.879,42	9.194.222,80
Total do ativo não circulante	20.717.030,74	20.544.421,46
TOTAL DO ATIVO	30.945.711,63	28.294.528,92

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

BGSE CONSTRUÇÕES LTDA
CNPJ Nº 35.185.193/0001-87
BALANCETE DE JANEIRO



PASSIVO

CIRCULANTE

	01- 2023	12/2022
Fornecedores	5.401.463,88	5.054.884,86
Obrigações Sociais e Trabalhistas	141.454,94	135.869,29
Obrigações Fiscais	1.281.998,15	800.497,05
Provisões p/ Imp Renda e Contr Social	487.763,51	487.763,51
Parcelamento de Tributos	2.404.385,26	2.449.002,13
Demais Contas a Pagar	607.962,74	607.962,74
Sociedade em Conta de Participação	0,00	(384.350,15)
Total do Passivo circulante	10.325.028,48	9.151.629,43

PASSIVO EXIGIVEL A LONGO PRAZO

Partes Relacionadas	-	
Parcelamento de Tributos	-	
Total do Passivo Exigível a Longo Prazo	0,00	0,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Realizado	15.010.000,00	15.010.000,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	4.132.899,49	529.189,00
Lucro do Exercício	1.477.783,66	3.603.710,49
Total do patrimônio líquido	20.620.683,15	19.142.899,49

TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

30.945.711,63	28.294.528,92
----------------------	----------------------

Handwritten signature in blue ink.

Handwritten signature in blue ink.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO

	01- 2023	12/2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	7.941.748,31	22.435.486,88
Tributos e deduções de vendas	(502.735,23)	(1.917.870,05)
Receita operacional líquida	7.439.013,08	20.517.616,83
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(5.398.277,75)	(12.907.391,25)
LUCRO BRUTO	2.040.735,33	7.610.225,58
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(171.922,63)	(2.802.243,17)
Outras receitas (despesas) operacionais	(384.362,61)	12.139,39
Despesas Tributárias	(2.140,57)	(10.263,08)
Receitas financeiras	1.053,03	294,87
Despesas financeiras	(5.578,89)	(529.423,79)
Resultado antes do imposto de renda e da Cssl	1.477.783,66	4.280.729,80
Imposto de Renda e Contrib. Social	0,00	(677.019,31)
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	1.477.783,66	3.603.710,49


BGSE Construções Ltda
Andre Loiferman
CPF 354.259.200,59


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2023
ATIVO



	01- 2023	12-2022
CIRCULANTE		
Disponível	1.890,83	1.140,79
Aplicações financeiras	-	
Contas a receber	18.681.422,08	18.681.422,08
Serviços a faturar	11.865.891,30	11.865.891,30
Estoques	36.285,68	36.285,68
Adiantamentos a Terceiros	3.129.668,10	3.134.873,20
Outros Crédidos a Receber	944.683,31	945.692,89
Total do ativo circulante	34.659.841,30	34.665.305,94
NÃO CIRCULANTE		
Realizável a longo prazo		
Depósitos judiciais	2.480.311,84	2.480.311,84
Partes relacionadas	2.557.524,46	2.517.095,28
Investimentos	19.142.899,49	19.142.899,49
Imobilizado	3.087.759,44	3.087.759,44
Total do ativo não circulante	27.268.495,23	27.228.066,05
TOTAL DO ATIVO	61.928.336,53	61.893.371,99

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2023
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO



	01- 2023	12-2022
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	166.756,61	1.805.132,56
Tributos e deduções de vendas	(10.384,02)	(118.380,13)
Receita operacional líquida	156.372,59	1.686.752,43
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(76.903,43)	(2.218.950,88)
LUCRO BRUTO	79.469,16	(532.198,45)
RECEITAS (DESPESAS)		
Despesas gerais e administrativas	(107.308,09)	(7.640.252,95)
Outras receitas (despesas) operacionais	1.720,92	3.639.479,56
Despesas Tributárias	(2.556,61)	(106.035,33)
RESULTADO ANTES DO MOV.	(28.674,62)	(4.639.007,17)
Receitas financeiras	0,01	3.439,02
Despesas financeiras	(68.985,42)	(1.086.315,24)
Resultado antes do imposto de renda e da	(97.660,03)	(5.721.883,39)
Imposto de Renda e Contrib. Social		
RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	(97.660,03)	(5.721.883,39)


Construtora Brasília Guaíba Ltda
Em Recuperação Judicial
André Loiferman CPF 354.259.200,59
Diretor Presidente


Sérgio Rodrigues dos Santos
CPF 401.148.050-91
CRC-RS 47716

CONSTRUTORA BRASÍLIA GUAÍBA LTDA.
"em recuperação judicial"
CNPJ Nº 33.192.873/0001-00
BALANCETE DE JANEIRO 2023
PASSIVO



	01- 2023	12-2022
CIRCULANTE		
Instituições financeiras	3.310.890,46	3.310.890,46
Fornecedores	5.157.082,20	5.240.667,93
Obrigações sociais e trabalhistas	6.228.141,81	6.185.057,45
Provisões Trabalhistas	24.211,84	17.078,67
Obrigações fiscais	2.973.714,36	2.949.925,82
Parcelamentos Simplificado	916.435,24	916.435,24
Parcelamentos Pert	2.523.968,79	2.523.968,79
Parcelamentos Estaduais	433.186,71	434.276,48
Parcelamentos Municipais	57.736,06	61.048,90
Parcelamentos PGFN	24.616,42	28.155,62
Demais contas a pagar	1.889.044,07	1.917.157,04
Total do passivo circulante	23.539.027,96	23.584.662,40
NÃO CIRCULANTE		
Instituições financeiras	2.555.000,59	2.555.000,59
Fornecedores	132.039,73	132.039,73
Obrigações sociais e trabalhistas	561.367,06	561.367,06
Obrigações fiscais	3.269.141,39	3.269.141,39
Parcelamento Impostos PERT	7.746.010,81	7.746.010,81
Parcelamentos Simplificado	838.418,99	838.418,99
Partes relacionadas	19.323.465,66	19.145.206,65
Total do passivo não circulante	34.425.444,23	34.247.185,22
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
Capital social	44.829.350,00	44.829.350,00
Ajustes de avaliação patrimonial	1.852.720,47	1.852.720,47
Prejuízos acumulados	(42.620.546,10)	(36.898.662,71)
Resultado do Exercício em Curso	(97.660,03)	(5.721.883,39)
Total do patrimônio líquido	3.963.864,34	4.061.524,37
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO	61.928.336,53	61.893.371,99